

Construcionismo social: uma crítica epistemológica

Gustavo Arja Castañon
Universidade Estácio de Sá

Resumo

Investigou-se a influência do Pós-modernismo no desenvolvimento da Psicologia Social contemporânea através da análise de sua abordagem na Psicologia, o Construcionismo Social. Os pressupostos ontológicos e epistemológicos do Construcionismo Social têm sua validade lógica e filosófica questionada, uma vez que defendem as seguintes posições (1) construtivismo social; (2) anti-realismo ontológico; (3) pessimismo epistemológico; (4) anti-fundacionismo; (5) anti-representacionismo; (6) irregularidade do objeto; (7) fragmentação teórica; (8) não-neutralidade do conhecimento científico; (9) retroalimentação teórica; (10) pragmatismo epistemológico, e (11) anti-metodologismo. Este conjunto de pressupostos é incompatível com a atividade científica, sendo essa conclusão uma derivação necessária de uma escolha anterior de que não podemos renunciar ao sentido moderno do termo ciência, e de que isto também vale para a Psicologia. Rejeita-se a possibilidade de constituição de uma Psicologia pós-moderna como uma contradição em termos, e aponta-se para a necessidade de uma clara distinção entre Psicologia científica e teoria psicológica pós-moderna.

Palavras chave: pós-modernismo, construcionismo social, epistemologia, psicologia social, ciência moderna.

Social construccionism: An epistemological critic

Abstract

The influence of Postmodernism, on the development of contemporary Social Psychology was investigated through the analysis of a post-modern approach to Psychology, the Social Construccionism. The logical and philosophical validity of the following ontological and epistemological supposition of Social Construccionism were questioned: (1) social constructivism; (2) ontological anti-realism; (3) epistemological pessimism; (4) anti-fundacionism; (5) anti-representacionism; (6) object irregularity; (7) theoretical fragmentation; (8) partiality of scientific knowledge; (9) theoretical feedback; (10) epistemological pragmatism, and (11) anti-metodologism. It was concluded that this group of presuppositions is incompatible with the scientific activity. Such conclusion is a necessary derivation of a previous assumption: That we cannot give up the modern sense of the term *science*, a supposition that also applies for Psychology. The possibility of constitution of a postmodern Psychology is rejected as a contradiction of terms, and the need for a clear distinction between scientific Psychology and postmodern psychological theory is pointed out.

Key words: postmodernism, social construccionism, epistemology, social psychology, modern science.

Artigo baseado na dissertação “Pós-modernidade e Psicologia Social: Uma Crítica Epistemológica” da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ e apresentado em Sessão de comunicação coordenada *Pós-modernidade e Psicologia Social: Implicações Epistemológicas e Sociais* na XXXII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia, Florianópolis, SC, outubro de 2002.

Pesquisa financiada pelo CNPQ.

Endereço para correspondência: R. Oito de Dezembro, 264 - 606 Rio de Janeiro, RJ - CEP: 20550-200 – E-mail: gustavocastanon@hotmail.com.

A Psicologia Social como a conhecemos, que Kenneth Gergen (1992) apelida de “*Standard Social Psychology*”, estuda condutas humanas influenciadas pela presença atual ou implicada de outras pessoas. Na Psicologia Social, o objeto de estudo somos nós mesmos como participantes de interações sociais. É classificada e desenvolvida metodologicamente em termos de uma ciência empírica, assentando-se sobre o estudo dos processos cognitivos, afetivos e comportamentais de indivíduos em processos de interação social, e não de grupos, que seriam propriamente o objeto da sociologia. Como aponta Krüger (1984), nesta abordagem da Psicologia Social, a abordagem individualista, há a suposição de uma certa estabilidade em nossas condutas, de relações entre fatores ou variáveis, o que a insere no projeto da ciência moderna. Esta última, a ciência moderna, tem entre seus pressupostos básicos: (1) a crença de que o objeto existe independentemente da mente do observador, o *Realismo Ontológico*; (2) a crença na estabilidade, pelo menos em alguns de seus aspectos, do objeto que se estuda, o princípio da *Regularidade do Objeto*; (3) a crença de que através do método adequado, podemos vir a conhecer algo sobre o objeto, o *Otimismo Epistemológico*; e, por último e não menos importante, (4) a crença de que podemos representar adequada e estavelmente o mundo através da linguagem, o *Representacionismo*.

A segunda tendência geral em que se divide a Psicologia Social contemporânea, a abordagem sociológica, acredita que o objeto de estudo da disciplina deva ser as representações sociais, e não individuais. Ou seja, a Psicologia Social de caráter sociológico rejeita a psique individual como objeto de estudo da Psicologia, e tenta estabelecer como objeto da disciplina temas de estudo da Sociologia. Esta surge como uma reação de psicólogos sociais europeus à hegemonia da Psicologia Social americana (Farr, 1998), de caráter individualista. Para a corrente sociológica, o objeto da Psicologia Social deve ser os “fenômenos mentais coletivos”, como linguagem, religião, costumes, mito, etc. Esses fenômenos são para essa abordagem manifestações externas da mente, não sendo passíveis de serem estudados através da introspecção. Sendo coletivos, eles emergi-

riam de interações sociais entre indivíduos.

Psicologia social contemporânea e pós-modernismo

Collier, Minton e Reynolds (1996) consideram que todo o conjunto da abordagem sociológica em Psicologia Social foi influenciado teoricamente pelo paradigma pós-moderno de pensamento. Embora seja possível concordar com essa observação, é necessário enfatizar que, embora influenciadas, nem todas as abordagens teóricas sociologistas podem ser classificadas como pós-modernas.

Admitindo, pela necessidade de brevidade exigida neste artigo, a síntese de Rouanet (1993) para a definição do Pós-modernismo, este é caracterizado em seus aspectos mais gerais basicamente por seu anti-racionalismo, anti-individualismo e anti-universalismo, ou seja, pela sua rejeição global ao projeto da modernidade iluminista. Em epistemologia, essa rejeição se estende com a virtual inversão de todas as crenças que fundamentam a atividade científica há mais de 300 anos. Na união das teses epistemológicas relativistas e pessimistas de Thomas Kuhn e Paul Feyerabend, às peculiares postulações anti-realistas ontológicas de Jacques Derrida e às postulações anti-representacionistas de Richard Rorty e Ludwig Wittgenstein acerca da natureza essencialmente lingüística da realidade, temos o caldeirão intelectual do qual emerge o pensamento pós-moderno. Este último consiste em seus fundamentos epistemológicos basicamente nas seguintes crenças: (1) *Anti-realismo*: não há realidade fora da linguagem; (2) *Irregularidade do objeto*: não existem aspectos na realidade que fujam do condicionamento sócio-histórico, portanto, não existe regularidade nem aspectos universais a serem estudados; (3) *Pessimismo epistemológico*: mesmo que a realidade exista para além da linguagem, ela é impermeável a ela, portanto, não se pode conhecê-la nem imediatamente nem mediatamente; (4) *Anti-representacionismo*: se existe tal coisa como o ‘mundo’, a linguagem não é capaz de representá-lo adequada e estavelmente.

Mesmo uma superficial análise das três principais perspectivas teóricas da abordagem sociológica da Psicologia Social, o Socioculturalismo, as Representações Sociais e o Construcionismo Social; indica esta última como a

autêntica representante do pós-modernismo nessa disciplina, apartada, portanto, do projeto da Ciência Moderna.

Esta afirmação se sustenta no fato de a teoria das Representações Sociais – forma sociológica de Psicologia Social mais característica – ser na verdade a versão de Moscovici do senso comum, ou seja, as formas socialmente elaboradas, difundidas e aceitas de interpretação da realidade. Essas representações existem, no entanto, como cognições, ao nível do indivíduo. Elas estão compostas por imagens e conceitos. As imagens refletem os objetos concretos do mundo exterior, enquanto os conceitos se baseiam no pensamento e no raciocínio abstrato. Essa característica das representações sociais rendeu críticas entre psicólogos sociais pós-modernos como Parker (1989), que acusam a teoria de individualista por localizar as representações “dentro da cabeça” dos indivíduos e não no intercâmbio entre pessoas. Portanto, ontologicamente a teoria das representações sociais não difere muito da abordagem cognitiva. Ela adota o realismo ontológico, assim como o otimismo epistemológico, ao considerar que as representações são passíveis de serem estudadas e conhecidas em alguns de seus aspectos. Assim, a teoria das representações sociais não tem identidade com a abordagem pós-moderna. Quando esta teoria parte para o estudo de um de seus principais temas, como as representações sociais da ciência, o objetivo de sua investigação empírica são as concepções leigas de ciência, e não a ciência em si mesma. Como afirma Farr (1998), Moscovici não está indo além da modernidade para a pós-modernidade, pois são as concepções leigas de ciência que são fragmentadas, não as concepções de mundo do cientista. Os pós-modernistas defendem que a última afirmação é a verdadeira.

A segunda das abordagens citadas, a abordagem Socioculturalista da Psicologia Social contemporânea, é desenvolvida seguindo a influência das idéias do eminente psicólogo russo Lev Vygotsky, e tem em comum com o pensamento pós-moderno a convicção de que o conhecimento é uma construção social. No entanto, apesar de suas imprecisões ontológicas, não se pode dizer que essa abordagem não adote o realismo ontológico e crenças relativas à

regularidade de alguns aspectos do psiquismo humano. Na verdade, o materialismo das abordagens socioculturalistas é francamente empirista, que constitui (em oposição ao racionalismo moderno) uma das duas tendências básicas da modernidade. Portanto, o Socioculturalismo é otimista epistemologicamente, adotando metodologias experimentais que pretendem ser capazes de estabelecer um conhecimento que, apesar de construído socialmente, se refere a realidades que têm existência objetiva. Assim, podemos afirmar contra Prawat (1996), que o Socioculturalismo não pode ser caracterizado como uma teoria pós-moderna.

Construcionismo social: breve histórico e conceitos básicos

Construcionismo Social é o nome que passou a designar o movimento de crítica à Psicologia Social “modernista” que tem sua principal referência teórica em Kenneth Gergen. Em dois artigos hoje célebres, “*Social Psychology as History*” de 1973, e “*The Social Constructionist Movement in Modern Psychology*”, de 1985, Gergen traçou os fundamentos críticos e o panorama dessa abordagem da Psicologia Social. Embora exerça influência sobre disciplinas como terapia de família e psicanálise, o Construcionismo Social é essencialmente uma abordagem teórica da Psicologia Social. Nos próximos parágrafos me dedicarei a descrever sucintamente o surgimento deste movimento e suas principais características. Para uma descrição mais minuciosa, sugiro aos interessados a consulta ao capítulo quatro da dissertação “Pós-modernidade e Psicologia Social” (Castañon, 2001), no qual está baseado este artigo.

O movimento que desembocou no estabelecimento do Construcionismo Social teve seu início no ambiente acadêmico norte-americano da década de setenta, quando o Behaviorismo e seus pressupostos ontológicos e metodológicos se viam questionados por todos os lados. Um desses questionamentos foi a crítica historicista de Gergen (1973) à Psicologia Social, formulada em seu artigo “*Social Psychology as History*”, considerado (Stroebe e Kruglanski, 1989) o marco inicial do Construcionismo Social. A linha básica de argumentação deste artigo é que apesar de os

métodos de pesquisa em Psicologia Social serem de caráter científico, as teorias sobre o comportamento social são primariamente reflexões sobre a história contemporânea. Ele argumenta que a disseminação das teorias sobre psicologia modifica os padrões de comportamento sobre os quais as teorias foram construídas, por motivos os mais diversos. Um deles seria o fato de que como os cientistas e a ciência gozam em nossa sociedade de elevada credibilidade, as pessoas poderiam orientar sua conduta de acordo com as teorias psicológicas das quais tomassem conhecimento. No sentido oposto, também poderia acontecer que algumas pessoas por motivos de crenças e valores pessoais exercessem a vontade de afirmar os valores humanos da liberdade e individualidade desafiando as predições da ciência. Mas principalmente, a divulgação de teorias científicas modifica os padrões de comportamento por promover a emancipação do homem dos fatores que determinavam seu comportamento que lhes eram desconhecidos. Além disso, Gergen afirma neste artigo que as premissas teóricas se baseiam em disposições adquiridas socialmente, quando se modificam os padrões culturais de uma sociedade essas disposições adquiridas se alteram e, portanto, essas premissas se tornam inválidas.

Propõe então modificações estruturais na esfera de alcance e nos métodos da Psicologia Social. Afirma que o esforço para construir leis gerais de comportamento social é equivocado, assim como a crença associada a esse esforço, de que o conhecimento sobre a interação social pode ser acumulado de uma maneira similar às ciências naturais. Para Gergen, “o estudo da Psicologia Social é primariamente um empreendimento histórico” (1973, p.316). Dessa forma, ele acredita que o entendimento dessa questão pelos psicólogos sociais acarretaria significantes alterações no campo da disciplina. A primeira delas é a revalorização e ênfase da pesquisa aplicada em oposição e detrimento à pesquisa pura, que ele considerava privilegiada nos periódicos e jornais de prestígio da Psicologia na década de setenta. A segunda é o abandono das metas de predição e controle para a adoção de uma postura relativista, onde a pesquisa deveria assumir como meta unicamente o levantamento dos fatores que potenci-

almente possam influenciar o comportamento sob certas condições, para estimar a importância desses fatores em um certo período de tempo. Isso se dá segundo Gergen porque: “É um erro considerar o processo em Psicologia Social como básico no sentido das ciências naturais. Antes, eles podem largamente ser considerados a contrapartida psicológica das normas culturais” (1973, p.318).

Dessa forma, ele considera uma terceira alteração significativa a se dar na Psicologia Social, que seria a pesquisa sobre o que ele classifica de *contínuo de durabilidade histórica*, que vai daqueles fenômenos mais suscetíveis à influência histórica num extremo, até os mais estáveis no outro. Essa direção para pesquisa se daria pela necessidade de se estimar a relativa durabilidade do fenômeno social. Por último, ele faz uma conclamação pela integração entre o estudo histórico e o psicológico, chegando a afirmar que a pesquisa em Psicologia Social é primariamente o estudo sistemático da história contemporânea (Gergen, op. cit.).

O Construcionismo Social é algumas vezes classificado como um movimento, outras como uma posição, uma teoria, uma orientação teórica. De modo geral, segundo o construcionista social Henderikus Stam (2001), os psicólogos permanecem inseguros a respeito de seu estado. Em sua maioria, estes consideram o Construcionismo Social um rótulo que denota uma série de posições que começaram a ser articuladas depois de 1966, em virtude da publicação do influente trabalho de Berger e Luckmann (“Construção Social da Realidade”, 1973). Como afirma Stam (2001), esse movimento foi influenciado, modificado e “refinado” por outros movimentos intelectuais como a etnometodologia, a Sociologia da Ciência (o “programa forte”, denominado *Construtivismo Social*, de autores como David Bloor, Barry Barnes e Bruno Latour), o feminismo e o pós-estruturalismo; assim como o que ele denomina Filosofia da Ciência pós-fundacionalista e pós-positivista (Stam, 1990). O estudo do qual deriva esse artigo torna claro que Stam (2001) está certo quando afirma que não existe uma única posição de Construcionismo Social. Posições teóricas pouco definidas e pouco delimitadas que manifestem alinhamento

alinhamento com premissas pós-modernas são geralmente rotuladas com essa denominação. Assim como acontece com *pós-modernidade*, a expressão *Construcionismo Social* não se deixa definir com precisão. Sua inconsistência ou dispersão parece cumprir o objetivo de afirmar sua própria posição anti-moderna e confundir os seus críticos dificultando o alvo com suas múltiplas faces e aparições.

Análises gerais (Collier et al., 1996; Kvale, 1992; Stam, 2001) sobre esse movimento apontam alguns autores como seus mais significativos representantes. Entre eles os nomes de Kenneth Gergen, Rom Harré, Jonathan Potter, e John Shotter são presenças constantes. Este artigo, que resume pesquisa realizada sobre o conjunto dessa abordagem, se concentrará nas teses de Kenneth Gergen, fundador e maior expoente deste movimento, assim como o entenderam Collier et al. (1996), Kvale (1992) e Stam (2001) em relação ao que denominou Psicologia Pós-moderna.

Apesar das dificuldades em se definir o Construcionismo Social, é muito aceitável que se determine alguma característica que seja central para esse “empreendimento”, que é o resultado de uma série de incorporações teóricas das teses filosóficas desconstrucionistas de Jacques Derrida, relativistas lingüísticas de Ludwig Wittgenstein e neo-pragmáticas de Richard Rorty. Desta forma, podemos identificar no movimento construcionista social, como faz Gergen (1992), tendências mais wittgensteinianas (Harré, 1989; Mulhauser e Harré, 1990), desconstrucionistas (Parker e Shotter, 1990; Richer, 1992; Lovlie, 1992; Shotter, 1992), e neo-pragmáticas (Gergen, 1989; Polkinghorne, 1992). Em que pesem as diferenças teóricas entre esses precursores do movimento construcionista, há algo que é comum a todos eles: *a admissão do pressuposto de que o conhecimento é socialmente construído.*

Construcionismo social contra a psicologia moderna

Gergen (1973, 1985 e 1992), em artigos em que faz uma análise panorâmica do quadro da Psicologia Social contemporânea, estabelece o movimento do Construcionismo Social como uma oposição aos princípios básicos que norteiam a ciência psicológica, classificada por ele de “modernista”. Essa classificação se dá

pela adesão da Psicologia Social “padrão” (Gergen, 1992) aos princípios básicos do otimismo epistemológico, do realismo ontológico, do método empírico de investigação da realidade, da regularidade do objeto e do progresso científico.

Para os autores que se inserem no que eles classificam como a “virada pós-moderna” da Psicologia Social, o movimento construcionista social, esses princípios básicos não só são negados como substituídos por seus opostos. Kendall e Michael (1997) avaliam que esse movimento “pós-moderno” na Psicologia Social possui quatro características teóricas e metodológicas básicas. A primeira, é a tentativa de dissolver o tradicional objeto da Psicologia, substituindo a realidade da mente e do comportamento pelas convenções e recursos lingüísticos que “constróem socialmente” o mundo. A segunda é o abandono da busca por propriedades universais na pesquisa psicológica e a adoção da reflexão histórica e contextual como centro da atividade em Psicologia. A terceira, é a marginalização do método e sua classificação, em versões mais radicais desse movimento, como um truque retórico. A quarta, seria o abandono da grande narrativa do progresso da ciência rumo a uma verdade objetiva para a adoção de uma concepção de conhecimento como fragmentário e contingente histórica e socialmente.

Gergen (1992) acredita que a tarefa imediata da Psicologia Social é o investimento acadêmico na desmistificação dos mitos modernistas da ciência, com o que ele chama de desobjetificação das realidades existentes, demonstrando sua relatividade social e histórica e suas implicações sociais e políticas. Para Gergen (1992), o que caracteriza a transição de uma Psicologia “modernista” para uma Psicologia pós-moderna é o desaparecimento do campo de estudo da disciplina como uma parcela da realidade, seguindo a postulação de Rorty (1979), de que a mente não pode ser o espelho do mundo. Isso se dá quando já não se perseguem supostas propriedades universais do objeto, mas sim se elabora uma reflexão contextualizada que explica as circunstâncias históricas de sua investigação. Diz Gergen “O Construcionismo Social concebe o discurso sobre o mundo, não como um reflexo ou co-

mo um mapa do mundo, mas como um produto da interação social” (1985, p.266):. Foi assim que a oposição aos pressupostos ontológicos e epistemológicos tradicionais da Psicologia Social “modernista”, se tornou a posição que, pelo caminho da negação, mais contribuiu para o estabelecimento de algum sentido de corpo ao movimento construcionista social.

Construcionismo social e epistemologia

Com relação às principais características epistemológicas e ontológicas do Construcionismo Social, é importante enfatizar que sua delimitação é uma tarefa difícil, porque como afirma Zuriff (1998), essa abordagem consiste numa grande amostra de posições que não valorizam a aderência à coerência interna e consistência teórica. No entanto, podemos chegar a algumas caracterizações gerais de suas principais reivindicações ontológicas e epistemológicas, de forma a se efetuar posteriormente uma crítica conseqüente. Estas seriam:

(1) *Construtivismo Social*: É a crença de que ao invés de descobrir uma realidade objetiva e independente, o ser humano constrói o conhecimento através de suas interações sociais. Como afirma Zuriff (1998), a essência da posição ontológica do Construcionismo Social é a proposição de que não há realidade objetiva a ser descoberta; seres humanos constroem o conhecimento. Held (1998) acrescenta a isso o termo “socialmente”. Para o Construcionismo Social nós construímos teorias a respeito do funcionamento do mundo ativamente, mas sempre através da interação social.

(2) *Anti-realismo*: É a crença de que o sujeito do conhecimento constrói esse conhecimento através da linguagem e com nada mais que ela, a linguagem se constitui na *realidade mesma* para o sujeito. Não existe realidade além da linguagem construída pelo sujeito através de suas interações sociais. E mesmo que ela exista, é inacessível.

Aqui encontramos duas posições ligeiramente diferentes dentro do Construcionismo Social, entre as versões ontológicas que Held (1998) classifica de “mais radical” e “menos radical”. A versão ontológica “mais radical” desse movimento considera que uma vez que o sujeito do conhecimento constrói esse conhecimento através da linguagem e com nada além que a linguagem, a linguagem se constitui na

realidade mesma para o sujeito. Não existe realidade além da linguagem construída pelo sujeito através de suas interações sociais. Essas manifestações de anti-realismo ontológico estão presentes fundamentalmente nos autores deste movimento mais influenciados pelo desconstrucionismo de Jacques Derrida, como por exemplo, Richer (1992) ou Shotter (1992). Contrasta com a posição “menos radical” de alguns outros autores como Gergen (1985 e 1992) e Polkinghorne (1992), que consideram que a teoria construída sobre os objetos do conhecimento através da linguagem, intermedeia a relação entre o sujeito e o mundo de forma impermeável, de forma que a realidade objetiva, independente do sujeito, pode até existir, mas é inacessível. Aqui, não se adere a um anti-realismo ontológico estrito, e sim, ao pessimismo epistemológico.

(3) *Pessimismo Epistemológico*: Se o mundo conhecido é o mundo construído socialmente através da linguagem, nós não podemos transcender nossas próprias construções e conhecer a realidade diretamente. Para o Construcionismo Social (Shotter 1992, Stam, 1990), nossas teorias socialmente construídas não nos aproximam de uma melhor descrição de uma realidade objetiva, independente do sujeito do conhecimento.

(4) *Anti-fundacionismo*: A partir da crença de que os conteúdos do conhecimento são meras construções sociais, e nada mais, assim também são nossas normas epistêmicas (Gergen, 1989). Nós não temos uma fundação epistemológica segura sobre a qual o conhecimento possa ser construído.

(5) *Irregularidade do Objeto*: A realidade é dinâmica. As regras sociais nunca serão *causas* do comportamento humano; antes, determinarão somente o que irá contar na hora de uma ação de certo tipo ser tomada (Harré, 1989). Essa ação, uma resposta a alguma questão que se colocou no campo social, nunca será o resultado de um mecanismo causal expresso numa lei, mas simplesmente a aplicação de uma convenção. Assim, o comportamento é indeterminável. Se tomarmos o objeto da Psicologia como sendo os jogos de linguagem através dos quais a realidade social é construída, também o caráter mutável e arbitrário da linguagem faz com que esse objeto de pesquisa não adira ao princípio ontológico da regularidade do objeto.

(6) *Anti-representacionismo*: A essência da posição anti-representacionista deste movimento é expressa reiteradamente por Kenneth Gergen (1985, 1989, 1992, 1994 e 2001). Por representacionismo Gergen (1994) define a doutrina que defende existir ou poder existir uma relação estável entre as palavras e o mundo que elas representariam. Seguindo Wittgenstein (1975) e Rorty (1989), Gergen (1985 e 1994) defende que a linguagem é um convencionalismo. O significado não se baseia nos objetos, no processo mental ou em entes ideais. Adquire-se através do contato social com outros habitantes da cultura em questão. Fora da linguagem não há ponto de apoio objetivo nem independente para o pensamento, portanto, a linguagem não representa nada fora dela mesma, é auto-referente e dependente de jogos de linguagem particulares.

(7) *Fragmentação*: É a crença de que o real (Polkinghorne, 1992) não é um único e integrado sistema estático fundamentando o fluxo da experiência, é, ao contrário, uma fragmentada e desunida acumulação de elementos e eventos desconexos, um processo de contínua mudança. O próprio sujeito não é mais visto como um todo unificado, mas sim como um complexo de imagens e eventos desintegrados (Gergen, 1991). Assim se abandona a grande narrativa do progresso da ciência rumo a uma ideal verdade objetiva para a adoção de uma concepção fragmentária e socialmente contingente de conhecimento. O conhecimento precisa estar preocupado com ocorrências específicas e locais, não com a busca de leis gerais universais.

(8) *Não-neutralidade*: Uma vez que o conhecimento é uma construção humana, então valores e motivações são componentes necessários de sua constituição, e a distinção entre valores e fatos colapsa. A neutralidade desejada para um entendimento objetivo da realidade não só é um mito como um mito inútil. As explicações que se dão de como o mundo é estão mergulhadas em certas práticas sociais (Gergen, 1989), e por afirmar certas propriedades como realidade atuarão no sentido de sustentar certas práticas sociais e promover a extinção de outras. Para Gergen (1989), a questão crítica a ser colocada para as várias explicações e narrativas de mundo, é que tipo de práticas elas suportam. Não se deve perguntar a respeito de como o mundo é,

e sim a respeito de como o mundo deve ser; a questão central não é epistemológica, é política. É assim que o Construcionismo Social renega a preocupação em se justificar enquanto ciência, preocupando-se em garantir-se enquanto prática transformadora da sociedade.

(9) *Retroalimentação Teórica*: Termo cunhado neste artigo para descrever a posição que defende que o conhecimento tem conseqüências sociais. Como expôs Gergen (1973), a disseminação das teorias sobre Psicologia modifica os padrões de comportamento acerca dos quais as teorias foram construídas, por motivos como a emancipação do homem do desconhecimento dos fatores que determinavam seu comportamento de forma inconsciente ou simplesmente a vontade de afirmar os valores humanos da liberdade e individualidade desafiando as predições da ciência.

(10) *Anti-metodologismo*: Se não há uma fundação epistêmica segura em cima da qual o conhecimento possa ser construído, então o método é classificado como um mero truque retórico, que tem por objetivo legitimar certos resultados de pesquisas.

(11) *Pragmatismo*: Rejeição do princípio da correspondência como critério de verdade, com a adoção da posição de que o que importa numa sentença não é se ela corresponde em seu conteúdo semântico ao real, e sim se ela uma vez adotada conduz com sucesso as ações humanas para seus propósitos pragmáticos. Polkinghorne (1992) acredita que uma característica distintiva entre um pós-modernismo relativista e um pós-modernismo afirmativo, seria a doutrina do neo-pragmatismo. Segundo esta última, a ciência deveria deixar de exigir de si mesma a busca por leis fundamentais e pelas verdades do universo, e passar a se ver como um processo de coleta, organização e distribuição de práticas que tenham produzido resultados intencionados.

Crítica epistemológica ao construcionismo social

Como afirma Matthews (1998), embora a definição e descrição do pensamento pós-moderno seja relativamente complicado em virtude de seu formato ambíguo e mutante, sua refutação não é. Este item buscará inventariar as posições ontológicas e epistemológicas que inviabilizam a atividade científica baseada em pressupostos pós-modernos. Co-

meça seguindo pelas características ontológicas e epistemológicas do Construcionismo Social analisando-as criticamente, e conclui com a demonstração da inviabilidade conceitual e histórica do estabelecimento de uma Psicologia pós-moderna.

(1) *Crítica ao Construtivismo Social*. A afirmação de que o conhecimento é construído socialmente, é óbvia e compartilhada de formas diversas por várias teorias do conhecimento. A questão se torna, portanto, que tipo de ‘construção social’ está sendo alegada. No caso do Construcionismo Social, é crença de que ao invés de descobrir uma realidade objetiva e independente, o ser humano constrói o conhecimento *única e exclusivamente* através de suas interações sociais, o que é uma crença inconsistente e incompatível com a razão e a ciência. Esta afirmação baseia-se em dois motivos. O primeiro é que, nas ciências empíricas, conhecimento é conhecimento de algo que tem sua existência no real, num mundo exterior que independe do sujeito do conhecimento. Se o ser humano constrói suas representações unicamente através de suas interações sociais sem nenhum contato com realidades objetivas que independem, em ao menos algum nível, tanto dele quanto destas interações, então estas representações podem ser muitas coisas, mais não são conhecimento.

O segundo motivo é referente à impossibilidade de se atribuir todo o desenvolvimento do pensamento humano à suas interações sociais. Para elaborar este argumento, recorro a uma crítica à posição de Vygotsky (1984), que foi o mais claro e consistente formulador dessa posição a respeito do conhecimento em Psicologia. Se todo desenvolvimento fosse resultado de uma aprendizagem que o indivíduo obteve através da mediação de um indivíduo mais experiente, da *mediação social*, então não poderíamos explicar aqueles tipos de desenvolvimento que acontecem com o aparecimento de idéias novas na história da humanidade. Idéias como a teoria da relatividade generalizada ou a geometria não-euclidiana, não poderiam ser deduzidas de nenhuma das idéias e pressupostos vigentes na cultura de sua época. Não há como não admitir nestes saltos do conhecimento um papel ativo e criativo do indivíduo.

Ryan (1999) acredita que devemos responder a pergunta sobre se os novos conheci-

mentos são criados ou descobertos. Julgo que talvez essa seja uma falsa questão, fruto da confusão pós-moderna entre *hipótese* sobre a realidade, *verdade*, *conhecimento* e a própria *realidade*. O ser humano cria hipóteses sobre a realidade, e estabelece conjecturalmente, no caso da Ciência, quais são provisoriamente classificadas como falsas. As que sobram e possuem capacidade explicativa e preditiva são conhecimento científico, provisório. O resto é filosofia, mito ou religião: teorias plenamente significativas e de valor cognitivo, porém de uma outra categoria epistêmica. A verdade em ciência não é alcançável, ela é uma meta ideal. Temos um conceito de verdade (teoria da correspondência), porém não um critério de verdade, nossas teorias são aproximações da realidade, modelos simplificados dela, não cópias exatas.

(2) *Crítica ao Anti-realismo e Pessimismo Epistemológico*. O pressuposto de que o sujeito do conhecimento o constrói através da linguagem e com nada mais que a linguagem; de que ela constitui a própria *realidade* para o sujeito, é incompatível com a ciência e com a própria atividade filosófica. Se não existe realidade além da linguagem construída pelo sujeito através de suas interações sociais, então nem a linguagem poderia ser objeto de estudo científico ou filosófico, pois não se referiria a nada além de significantes vazios ou indetermináveis. É uma necessidade racional a adoção em ontologia de algum tipo de realismo crítico para a atividade científica. Toda atividade de pesquisa pressupõe antes de mais nada a existência do objeto que está sendo pesquisado, sua existência num campo do real que independa do observador humano.

Uma posição um pouco mais prudente que vemos em alguns autores da vertente construcionista social, tenta evitar os perigos associados ao idealismo subjetivista da posição ontológica radical que nega a existência do fenômeno físico. Não há por ela a negação da existência do fenômeno físico, o que existe é a transferência do objeto a ser conhecido e pesquisado, da realidade física – considerada incognoscível – para o sentido que ela adquire para o sujeito. Ao encontrar uma entidade física, o significado daquele objeto para o sujeito é criado, e é esse significado, construído pelos sujeitos em e através de suas interações sociais

com a comunidade lingüística onde vivem, que os teóricos pós-modernos chamam de realidade. Se a realidade é incognoscível, estamos diante da espécie construcionista social de *pesimismo epistemológico*. Uma vez que o mundo conhecido é o mundo construído socialmente através da linguagem, nós não podemos transcender nossas próprias construções e conhecer a realidade diretamente. Esse tipo de assunção é incompatível com a prática científica por motivos óbvios.

Ainda por uma outra forma de abordar a questão, Ryan (1999) afirma que é um erro pensar que o significado que resulta do contato do sujeito do conhecimento com o objeto físico é somente o resultado das interações sociais do primeiro. O objeto em si tem suas próprias características que são trazidas para os encontros com os sujeitos, e isso independe da interação da comunidade de sujeitos com respeito ao objeto para o qual o sentido é criado. Como segue Ryan (op.cit.), em virtude de o objeto físico ser relativamente estável, ele tende a trazer sempre as mesmas características para todo encontro com o sujeito do conhecimento. É por causa disso que os significados que emergem destes encontros entre sujeitos e objetos físicos têm geralmente uma consistência muito grande entre sujeitos os mais diversos.

Por fim, Held (1998) observa que os construcionistas sociais presumem que um processo de conhecimento ativo por parte do sujeito, que está implícito no próprio termo ‘construcionismo’, necessita de uma ontologia anti-realista e uma epistemologia construcionista para se sustentar. Discordando dessa posição, ela lembra que o próprio construtivismo que nasce da epistemologia genética de Jean Piaget (1975) é um tipo de “construcionismo” que se baseia numa ontologia e epistemologia realistas, ao mesmo tempo em que defende a possibilidade de acesso racional do sujeito a uma realidade objetiva e independente. Held, assim como Matthews (1998) e também Richardson (1998), é uma das críticas do Construcionismo Social que rejeita de forma conclusiva os dois tipos de anti-realismo presentes nas teorias construcionistas sociais apresentados no item anterior. Held (1998) é explícita em sua rejeição das formas “mais radical” e “menos radical” de anti-realismo, argumentan-

do que qualquer das manifestações dessa doutrina impede qualquer acesso – seja direto ou mediado – à realidade independente do sujeito, o que tornaria inócua sua produção teórica.

(3) *Crítica ao Anti-fundacionismo*: Precusores da pós-modernidade como Kuhn (1991) e autores pós-modernos como Gergen (1989) e Feysabend (1989) argumentam que assim como os conteúdos do conhecimento são construções nossas, também o são nossas normas epistêmicas. Portanto, nós não teríamos uma fundação epistemológica segura sobre a qual o conhecimento poderia ser construído. O detalhe esquecido aqui é o fato de que só a mente humana tem sido capaz de adquirir conhecimento sobre o mundo e aumentá-lo progressivamente. Os fatos evidenciam que a espécie humana ascendeu em seu processo de construção do conhecimento. Cabe lembrar aqui que as teses epistemológicas de inspiração racionalista defendem que as criações mentais teóricas (exceção da lógica e da matemática) devem ser testadas no empírico, para que então se validem enquanto conhecimento. É a distinção entre contexto de justificação e contexto de descoberta. As regras lógicas e a realidade empírica seriam, portanto, dois fundamentos epistemológicos objetivos para julgarmos nossas hipóteses, que não dependem do contexto.

O Construcionismo Social, ao afirmar que não temos nenhuma fundação epistemológica segura, *além de ignorar deliberadamente o fato evidenciado através de todas as conquistas da Ciência Moderna de que nós podemos avançar em nosso conhecimento sobre a realidade*, se compromete implicitamente com a tese epistemológica de que não podemos avançar de teorias inseguras para teorias seguras.

Porém podemos certamente avançar de teorias inseguras para teorias menos inseguras. Esta é a posição do Racionalismo Crítico. Karl Popper (1975), fundador desta abordagem em filosofia da ciência, defende que o progresso na ciência é alcançado através de um processo de tentativa e erro, conjecturas e refutações. De acordo com sua posição, que adoto aqui neste artigo, teorias não podem ser nunca verificadas ou demonstradas verdadeiras, elas podem unicamente ser falseadas. O fato de esse falseamento poder por sua vez

sofrer ele próprio falseamento posterior não coloca problema para o Racionalismo Crítico, somente o confirma e aponta mais uma vez para o caráter conjectural e crítico do conhecimento científico. De qualquer maneira, é importante lembrar que o falseamento de uma teoria é sempre mais seguro que sua corroboração, o que aponta novamente para o mesmo caminho que o conhecimento humano continua trilhando desde Sócrates, que é não o de ter segurança quanto ao que as coisas *são*, mas sim de tê-la sobre o que elas *não são*.

É necessário dirigir uma outra crítica ao anti-fundacionismo. Uma vez que se admite que as normas epistêmicas são meras construções nossas e que portanto nós não teríamos uma fundação epistemológica segura sobre a qual o conhecimento poderia ser construído, estamos repetindo de uma outra maneira a alegação kuhniana de incomensurabilidade dos paradigmas. Não é possível sustentar a afirmação de que mesmo nas mudanças conceituais mais radicais, possa não existir algo que permaneça o mesmo. Se não existisse esse *algo*, os dois paradigmas sequer poderiam ser reconhecidos como referentes a uma mesma determinada ordem de coisas. Mais do que isso, não se pode falar em desenvolvimento sem falar em progresso, e progresso é sempre em direção a algo. Na ciência, esse algo é a verdade. Portanto, uma vez que reconhecemos uma teoria como preferível a uma outra em relação a uma determinada ordem de coisas, não podemos deixar de reconhecer implicitamente que o desenvolvimento da ciência é teleológico. Quando afirma seu anti-fundacionismo, o Construtivismo Social cai numa contradição, pois obviamente defende que essa é uma posição epistemológica mais correta. No entanto, baseado em que ele pode afirmar essa superioridade epistemológica se não existem fundações epistemológicas seguras para avaliar qualquer conhecimento? Ou seja, se não há parâmetro ou prova suficiente para garantir a validade de qualquer conhecimento, como foi possível chegar a essa conclusão acerca da validade do conhecimento, (ou seja, a da não validade) entendendo-a como válida? Eis mais uma das muitas contradições filosóficas que encontramos aqui.

(4) *Crítica ao Anti-representacionismo*: Gergen (1994) em sua resposta a Smith (1994) defende o anti-

representacionismo como a base do Construcionismo Social. Este princípio defende, em suma, não haver nem poder haver uma relação fixa ou intrínseca entre as palavras e o mundo que elas representariam. A linguagem seria somente um convencionalismo. Nada novo há aqui. É só a volta requentada de argumentos medievais *nominalistas*. Smith (op.cit., p.408) ataca essa concepção classificando-a de “*tola e desorientada*” uma vez que mergulha no relativismo radical. Causa surpresa a ele que Gergen não apresente suas posições como “*resultado de patológica saturação social*” (Smith, op.cit., p.408), mas sim como reivindicações de verdade. Em outro texto no qual replicou a resposta de Gergen (1994), Smith (1995) observa com indignação que enquanto os pós-modernistas negam qualquer privilégio epistemológico especial à ciência se comparada à intuição ou ao mito, eles reclamam implicitamente para a crítica pós-moderna um patamar epistemológico do qual julgam privilegiadamente a ciência.

O estudo da linguagem como um convencionalismo não deixa lugar para a realidade. Se a filosofia abandona o projeto de se “polir” enquanto espelho do mundo como sugeriu Rorty, então parece condenada a se tornar uma casa de espelhos lingüísticos onde um espelho reflete palavras para um outro espelho que reflete palavras para outro infinitamente num “jogo de linguagem” que sempre se referirá a outras palavras mas nunca à coisa em si. Ora, se as proposições não podem representar a realidade, então elas se referem unicamente a outras proposições, e assim infinitamente. Prawat (1996) observa que desta maneira Rorty e Gergen caem em sua própria armadilha, que é a assunção de que estamos totalmente confinados às palavras.

Em crítica semelhante, John Maze (2001) expõe as contradições internas do Construcionismo Social. Estas incluem sua incapacidade para afirmar qualquer coisa a respeito de qualquer coisa em virtude de seu anti-representacionismo e seu argumento de que o objetivismo é inerentemente autoritário. Maze demonstra a vinculação do Construcionismo Social a Derrida e ao desconstrucionismo, vinculação por meio da qual o Construcionismo é uma espécie de desconstrucionismo e os enganos seguem, portanto, de um no outro. A meta-

teoria do Construcionismo Social, segundo Maze (2001), embora aceite que toda teoria epistemológica coerente deva ser auto-reflexiva, nega que qualquer assertiva possa ser verdadeira, assim como nega existirem realidades independentes a serem referidas por essas assertivas. No entanto, trata dos discursos como tendo existência objetiva e assume que sua própria assertiva sobre o discurso é verdadeira. Assim, o Construcionismo Social se contradiz em suas premissas básicas. Assumindo o anti-representacionismo do desconstrucionismo, o Construcionismo Social chega ao mesmo ceticismo desesperado do primeiro. Como afirma Maze (2001), o aforisma desconstrucionista de que não existe nada além do texto se revela como a versão idiossincrática de Derrida para o idealismo clássico. Diz ele: “o reconhecimento da possibilidade e necessidade de objetividade no discurso não é, como alguns construcionistas reclamam, autoritário. É sim essencial para uma crítica efetiva do dogma social” (Maze, op.cit., p.393).

Ainda como observa Matthews (1998), cada declaração sincera é uma tentativa de dar uma explicação verdadeira sobre algo assumido como real:

Quando eu declaro que dirigi meu carro para a loja, eu não estou dirigindo nem visitando uma representação simbólica ou manifestação simbólica de ‘carro’ ou ‘loja’. Eu estou dirigindo um veículo real de 2000 libras através do tempo e do espaço para um lugar. (p.24)

Voltando à questão do realismo ontológico podemos estabelecer a implicação necessária entre este e o representacionismo. O coração da questão, é que o realismo ontológico é assumido por nossa linguagem, sendo na verdade sua própria essência. O ataque ao representacionismo é na verdade o ataque ao realismo ontológico, à base da metafísica ocidental. É absolutamente irrelevante o caráter arbitrário da relação entre significante e significado. Não interessa se nós chamamos a caneta de “caneta”, ou mesmo a ciência de “ciência”. O que interessa é o conceito abstrato de caneta e o conceito abstrato de ciência. O realismo ontológico que sustenta a atividade científica, filosófica e mesmo meramente representacional é baseado na existência real dos conceitos

abstratos. Sem este pressuposto, nem mesmo o entendimento de minhas palavras neste artigo seria possível.

Psicologia pós-moderna: uma impossibilidade

Depois da demonstração da incompatibilidade de todas as principais posições epistemológicas do Construcionismo Social com a Ciência Moderna, a mais gritante das incoerências do Construcionismo Social aparece no fato de ele próprio se caracterizar como uma Psicologia pós-moderna. Essa contradição foi observada com lucidez por ao menos um dos representantes deste movimento, Steinar Kvale (1992). Usando argumentos predominantemente historicistas, ele observa que a época histórica em que vivemos é descrita como uma época pós-moderna na qual os princípios e valores básicos da modernidade foram superados. Ao mesmo tempo, a Psicologia é um projeto da modernidade, entrando em uso como termo durante a era do Iluminismo e fundada como ciência no fim do século dezanove. Se estas duas premissas são verdadeiras, então a ciência da Psicologia está fora de sintonia com a presente época. Diz Kvale: “Então os dois termos ‘Psicologia’ e ‘Pós-modernidade’ são incompatíveis, e uma Psicologia pós-moderna é uma contradição em termos (1992, p.31).

Como afirma Kvale (1992), a dicotomia moderna entre o universal e o individual encontrou na Psicologia seu espelho ideal, com a oposição entre os métodos nomotéticos e idiográficos. Isso porque, como sabemos, a modernidade não se caracteriza somente pela busca de objetividade e universalidade, mas também pela busca do individual e do particular. Dessa forma, Kvale (op.cit.) lembra que o behaviorismo e o humanismo são os dois lados da mesma moeda moderna, assim como respectivamente suas abordagens nomotética e idiográfica. Na verdade, a perspectiva idiográfica se baseia totalmente na idéia de sujeito, um sujeito que aparece não como uma *resultante* de uma série de coisas, mas como o *iniciante* de uma série de coisas. Assim, o enfoque compreensivo é próprio para o estudo de um objeto que é autoconsciente, auto-orientado e criativo. Esse sem dúvida é um objeto rigorosamente oposto ao “objeto” da Psicologia de influência pós-modernista. Por

todos estes motivos, não resta a porta do método idiográfico de pesquisa para o Construcionismo Social. Este último se caracteriza pela defesa da morte do sujeito, sua dissolução na rede de relações lingüísticas sociais em que está inserido. Como afirma Kvale (1992),

a morte pós-moderna do sujeito pode ser equivalente à morte da Psicologia – a ciência moderna do sujeito. Se a Psicologia tem sido o modo privilegiado da modernidade para entender o homem, uma era pós-moderna também pode significar uma era pós-Psicologia (p.52).

Concordo com julgamento de Kvale sobre a incoerência da tentativa de teóricos que conscientemente assumem o caráter pós-moderno de sua produção acadêmica, de caracterizarem sua obra como produção científica. A ciência, uma vez reconhecida como um projeto anacrônico da modernidade, deveria ser deixada em paz, e não utilizada enquanto fachada designativa por aqueles que querem sorver os recursos e o prestígio usualmente destinados pela sociedade ao desenvolvimento científico.

Afirmar que é preciso se encontrar um novo significado para o termo ciência é um sofisma e uma incoerência. É uma incoerência porque se seguissem conseqüentemente seus princípios relativistas culturais, os teóricos pós-modernos teriam que respeitar os padrões de um contexto cultural diverso do seu, no caso o modernismo, com seu sistema de valores e suas “verdades contextualizadas cultural e historicamente” como querem eles. Mas ao contrário, procuram autoritariamente dissolver e desconstruir a ciência como a conhecemos denunciando-a como executora de um código cultural autoritário, principalmente por defender a existência de uma realidade objetiva e de verdades universais. Baseado em quê uma pessoa que parta de pressupostos relativistas éticos e epistemológicos pode denunciar a validade de um outro sistema de valores morais ou epistêmicos, a não ser no mais contraditório autoritarismo?

Por outro lado, afirmar que é preciso se encontrar um novo significado para o termo ciência é também um sofisma, porque o conceito de um tipo de atividade humana que busca alcançar – através da observação controlada e mensurada da realidade e da utilização de

uma linguagem apropriada – leis generalizáveis e universais, ainda que aproximativas no caso das ciências empíricas, sempre existirá. Além do mais, se trata do conceito de uma antiga e excepcionalmente bem sucedida (no objetivo de aumentar a compreensão e o poder do homem sobre a natureza) tradição cultural. Este tipo de atividade, que no mínimo deve ser aceita como tendo um excepcional poder pragmático, certamente continuará a ser uma atividade muito bem sucedida e muito requisitada pela sociedade. Apropriar-se do termo *ciência*, que a representa, e deformá-lo a ponto de não representá-la mais, não extinguirá a atividade em si. Outro termo mais específico será com o tempo associado a ela, talvez *ciência moderna*, e então o prestígio e os recursos que o sucesso deste tipo de atividade traz farão os teóricos pós-modernos buscar desconstruir o novo termo para se apoderar dele, indefinidamente. A única atitude coerente que os teóricos pós-modernos poderiam adotar aqui é estabelecer um novo termo para seu tipo de atividade, que certamente é muito diversa da ciência. E é diversa, por tantos motivos quanto já expressos neste artigo, e ainda outros que o espaço reduzido da exposição não permite abordar.

A psicologia não pode renunciar à ciência

Os pressupostos filosóficos nos quais se baseia a Psicologia Social de orientação pós-moderna, o Construcionismo Social, são inválidos logicamente em virtude de seu caráter contraditório e incompatível com aquele tipo de atividade humana que busca formular, mediante linguagens rigorosas e apropriadas, leis por meio dos quais se regem os fenômenos, e que denominamos Ciência. O Construcionismo Social rejeita todos os pressupostos necessários à atividade científica. Rejeita o realismo ontológico e adota um anti-realismo ontológico; rejeita o princípio da necessidade de algum nível de regularidade do objeto e adota o princípio de irregularidade absoluta do objeto; rejeita o otimismo epistemológico adotando um pessimismo epistemológico; rejeita a capacidade representativa da linguagem adotando um anti-representacionismo; rejeita a teoria da correspondência como critério de verdade; rejeita os pressupostos lógicos fundamentais com a aceitação de incoerências e contradições teóricas como elementos naturais de seu corpo teórico;

rejeita o método como sendo um “truque retórico”, rejeita o pressuposto axiológico do conhecimento como algo de valor intrínseco com a afirmação que as reivindicações de conhecimento objetivo são politicamente opressoras em virtude de seu próprio código.

Na verdade, a conclusão de que o Construcionismo Social é incompatível com a ciência deriva necessariamente de uma conclusão anterior de que não podemos renunciar ao sentido tradicional do termo ciência na Psicologia. Temos grandes problemas e limitações em nossa disciplina, principalmente de caráter ontológico. No entanto, não devemos alterar o significado do termo ciência para adequar a Psicologia a ele, antes, precisamos limitar o escopo da Psicologia para adequá-la à ciência. O respeito aos cânones – não “positivos” como afirmam os detratores, mas críticos – da ciência moderna tem começado a render finalmente bons frutos para nossa disciplina. Seria injustificável renunciar a esse caminho, tão bem sucedido para outras ciências, neste momento de nosso desenvolvimento.

A Ciência nos permite estabelecer consensos não porque é imposta autoritariamente por um “código opressor”, e sim porque apesar do autoritarismo, opressão e irracionalismo de alguns grupos ideológicos, fundamentalistas ou dogmáticos, consegue impor-se com a força dos fatos empíricos, da clareza, consistência e coerência teórica e dos resultados pragmáticos de sua aplicação. Apesar de não ser a única, como queria o Positivismo, a ciência tem sido nos últimos quatrocentos anos a maior força emancipatória da humanidade, e creio que continuará a ser. Mas essa ciência libertadora do jugo da ignorância e autoritarismo é a que permite ao menos uma aproximação do conhecimento universalmente válido e empiricamente comprovável, que transcenda as idiosincrasias pessoais e culturais por ser reproduzível por todos. É aquele modo de obtenção de conhecimento que aspira a formular, mediante linguagens rigorosas e apropriadas (e sempre que possível matemática), leis universais que expliquem, ainda que probabilisticamente, fenômenos da realidade objetiva. Este ideal descrito acima não é meramente um ideal modernista de ciência. É um ideal de conhecimento seguro sobre os fenômenos que permitiu à espécie hu-

mana um amplo aumento de sua liberdade frente às limitações que o meio-ambiente impunha sobre sua existência na Terra. Da mesma forma, o ser humano procura descobrir proposições seguras sobre sua própria natureza como forma de ampliar sua liberdade frente aos condicionamentos biológicos, psicológicos e culturais que lhe são impostos.

Necessitamos estabelecer, todos nós que respeitamos o legado da ciência moderna, uma distinção teórica clara entre a Psicologia científica e a visão psicológica pós-moderna. Esta distinção cumpriria a função, hoje vital para a reputação da Psicologia como ciência e como profissão no Brasil, de explicitar a diferença entre esses dois tipos de atividade tão díspares em princípios, métodos, objetivos e resultados. Enquanto esta distinção não for bem clara para os órgãos de fomento científico, a academia, os outros campos profissionais e principalmente o público leigo, creio que a tão combatida imagem de nossa profissão e ciência no Brasil continuará acentuando seu processo de erosão perante a sociedade, que espera de todo conhecimento que se apresente como ‘científico’ poder descritivo, preditivo e conseqüentemente pragmático. Caso o desprezo pela metodologia científica, a ideologização extrema, a obscuridade conceitual e a esterilidade pragmática que caracterizam as idéias básicas do Construcionismo Social se estabeleçam como a imagem predominante da Psicologia, não haverá prestígio anteriormente emprestado a ela pela ciência moderna que não venha a ser, em pouco tempo, completamente dilapidado.

Referências bibliográficas

- Berger, P. L. e Luckmann, T. (1973). *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes.
- Castañon, G. (2001). *Pós-modernidade e psicologia social: uma crítica epistemológica*. Dissertação de mestrado da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.
- Collier, G.; Minton, H. e Reynolds, G. (1996). *Escenarios y tendencias de la psicología social*. Madri: Tecnos.
- Farr, R. M. (1998). *As raízes da psicologia social moderna*. Petrópolis: Vozes.

- Feyrabend, P. (1989). *Contra o método*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Gergen, K. (1973). Social Psychology as History. *Journal of Personality and Social Psychology*, 26 (2), 309-320.
- Gergen, K. (1985). The social constructionist movement in modern psychology. *American Psychologist*, 40, 266-275.
- Gergen, K. (1989). Social psychology and the wrong revolution. *European Journal of Social Psychology*, 19 (5) 463-484.
- Gergen, K. (1992). Toward a postmodern psychology. Em S. Kvale (Ed.), *Psychology and Postmodernism*. London, Sage.
- Gergen, K. (1994). Exploring the postmodern: perils or potentials? *American Psychologist*, 49 (5), 412-416.
- Gergen, K. (2001). Construction in contention. *Theory and Psychology*, 11 (3), 419-431.
- Harre, R. (1989). Metaphysics and methodology: Prescriptions for social psychological research. *European Journal of Social Psychology*, 19 (5) 439-453.
- Held, B. (1998). The many truths of postmodernist discourse. *Journal of Theoretical e Philosophical Psychology*, 18 (2) 193-217.
- Kendall, G. e Michael, M. (1997). Politicizing the politics of postmodern social psychology. *Theory and Psychology*, 7 (1) 7-29.
- Krüger, H. (1984). *Fundamentos da psicologia social*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (tese de doutorado).
- Kuhn, T. (1991). *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Ed. Perspectiva.
- Kvale, S. (Ed.) (1992). *Psychology and postmodernism*. London: Sage.
- Lovlie, L. (1992). Postmodernism and subjectivity. Em S. Kvale (Ed.) *Psychology and postmodernism*. London: Sage.
- Matthews, W. (1998). Let's get real: The fallacy of post-modernism. *Journal of Theoretical e Philosophical Psychology*, 18 (1), 16-32.
- Maze, J. R. (2001). Social constructionism, desconstructionism, and some requirements of discourse. *Theory and Psychology*, 11 (3), 393-417.
- Mulhauser, P. e Harré, R. (1990). *Pronouns and people: The linguistic construction of social and personal identity*. Oxford, Blackwell.
- Parker, I. (1989). *The crisis in modern social psychology – and how to end it*. London: Routledge.
- Parker, I. e Shoiter, J. (1990). *Deconstructing social psychology*. London: Methuen.
- Piaget, J. (1975). *Epistemologia genética*. São Paulo: Abril Cultural.
- Polkinghorne, D. (1992). Postmodern epistemology of practice. Em S. Kvale (Ed.), *Psychology and postmodernism*. London: Sage.
- Popper, K. (1975). *A lógica da investigação científica*. São Paulo: Abril Cultural.
- Prawat, R. (1996). Constructivisms, modern, and postmodern. *Educational Psychologist*, 31 (3-4) 215-225.
- Richardson, F. (1998). Beyond scientism and postmodernism? *Journal of Theoretical and Philosophical Psychology*, 18 (1) 33-45.
- Richer, P. (1992). An introduction to deconstructionist psychology. Em S. Kvale (Ed.), *Psychology and postmodernism*. London: Sage.
- Rorty, R. (1979). *Philosophy and the mirror of nature*. Princeton: Princeton University Press.
- Rorty, R. (1989). *Contingency, irony, and solidarity*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Rouanet, S. P. (1993). *Mal-estar na modernidade*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras.
- Ryan, B. (1999). Does postmodernism mean the end of science in the behavioral sciences, and does it matter anyway? *Theory and Psychology*, 9 (4) 483-502.
- Shotter, J. (1992). 'Getting in touch': The meta-methodology of a postmodern science of mental life. Em S. Kvale (Ed.), *Psychology and Postmodernism*. London: Sage.
- Smith, B. (1994). Selfhood at risk: postmodern perils and the perils of postmodernism. *American Psychologist*, 49 (5), 405 - 411.
- Smith, B. (1995). About postmodernism: Reply to Gergen and others. *American Psychologist*, 50 (5), 393 - 394.

- Stam, H. (1990). Rebuilding the ship at sea: The historical and theoretical problems of constructionist epistemologies in psychology. *Canadian Psychology*, 31, 239-253.
- Stam, H. (2001). Social constructionism and its critics. *Theory and Psychology*, 11 (3), 291-296.
- Stroeb, W. e Kluglanski, W. (1989). Social psychology at epistemological cross-roads: On Gergen's choice. *European Journal of Social Psychology*, 19 (5) 485-489.
- Vygostky, L. (1984). *A Formação Social da Mente*. Rio de Janeiro: Martins Fontes.
- Wittgenstein, L. (1975). *Investigações Filosóficas*. São Paulo: Abril Cultural.
- Zuriff, G. (1998). Against metaphysical social constructionism in psychology. *Behavior and Philosophy*, 26 (1-2) 5-28.

*Enviado em Outubro / 2002
Aceite final Março / 2005*